

Minas Patrimônio Vivo destina mais de R\$ 30 milhões para salvaguarda de bens culturais no estado

_____ página 03



A Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, será um dos bens contemplados com obras viabilizadas pelos recursos do programa anunciado este mês



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Editor da Revista de História da Biblioteca Nacional fala sobre a popularização da história na atualidade
_____ páginas 06 e 07

Pontuação final do ICMS Patrimônio Cultural é divulgada
_____ página 05



São Sebastião da Bela Vista está entre os municípios que pontuaram pela primeira vez

Reprodução - Acervo ICMS Cultural 2012

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...



Palavra do presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Seminário de trabalho conjunto Iphan/Iepha

Nos dias 06 e 07 de junho foi realizado o Primeiro Seminário Conjunto Iphan/Iepha, com o objetivo de promover uma maior integração entre os dois órgãos. No evento, além de debates e discussão em grupos, foi feita a exposição de matérias e procedimentos comuns aos dois órgãos.

A nossa equipe de profissionais brilhou nas diversas apresentações de trabalhos de excelentes conteúdos. As discussões foram de altíssimo nível. Quem esteve por lá pôde perceber, concretamente, o elevado grau de comprometimento e envolvimento de todos e o desejo de se aprimorar cada vez mais para a proteção ao patrimônio cultural. Certamente, essa tarefa é um dos grandes desafios de nossa sociedade e precisamos estar à frente disso.

São muitas as interfaces que estão por vir. Acreditamos que, nesse novo tempo – nosso tempo –, possamos repensar essas interfaces como possibilidades de nos fazer maior e melhor.

Nesse sentido, é imprescindível a ajuda dos municípios para o enfrentamento dos diversos problemas que afetam nosso trabalho. Entre eles, se encontram a especulação imobiliária e a tentativa de mineração a qualquer custo, que vêm se tornando os maiores adversários do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

Fernando Viana Cabral

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010
Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Peças Desaparecidas

A imagem de São José (foto) pertence à Igreja de S. Gonçalo do Amarante, em Ibituruna, e foi roubada em 2008. A peça, em gesso, localizava-se em nicho lateral do altar-mor. Essa imagem não estava cadastrada, mas possui três fotos de identificação.



Reprodução

Também foram furtadas, em Ibituruna, uma imagem de São Benedito e uma de Nossa Senhora do Rosário, pertencentes à Igreja de N. Sra. do Rosário, em junho de 1996. Porém estas não têm fotos para identificação. Um ano depois, foram furtadas imagens de São Sebastião, Santo Antônio e o resplendor da imagem de São Gonçalo do Amarante, todas pertencentes à Igreja de São Gonçalo do Amarante e que também não têm fotos com qualidade suficiente para identificação.

As informações foram passadas ao Iepha, em junho deste ano, por Heitor Camilo dos Santos, que reiterou a esperança de sua família em reaver os bens furtados – alguns há mais de uma década.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia
Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras
Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral
Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos
Chefe de Gabinete: Danielle Faria
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)
Diagramação: Ludymila Toledo
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal
Impressão e acabamento: Rona Editora



Governo lança Programa Minas Patrimônio Vivo

O patrimônio mineiro comemora o anúncio feito pelo Governo Estadual, no último dia 21 de julho, de um dos mais completos planos de proteção ao seu acervo cultural já propostos. Sob coordenação central do Iepha, o Programa Minas Patrimônio Vivo irá destinar um investimento total de R\$ 32.863.231,00 a sete projetos de ação, interligados e simultâneos (confira a relação ao lado). A iniciativa já está consolidada para se estender até 2014 nas mais diversas regiões do estado, beneficiando dezenas de municípios.

O objetivo do programa é estabelecer um grande esforço unificado voltado para a salvaguarda do patrimônio cultural mineiro, com a execução de projetos e obras de restauração, realização de inventários, instalação de alarmes e sistemas de segurança, monitoramento, inspeção e vistoria em diversos bens tombados pelo Iepha ou de interesse cultural para Minas. Fortalece ainda o programa uma série de ações voltadas a outras demandas do setor, como a promoção, difusão e intercâmbio de atividades em prol do patrimônio.

Para o governador Antônio Anastasia, o ponto forte do Minas Patrimônio Vivo é o foco na articulação e estabelecimento de parcerias junto a órgãos públicos, instituições privadas, associações e entidades da sociedade civil e as comunidades locais para implementação de seus projetos base, apostando na descentralização e maior envolvimento e integração da sociedade com as políticas públicas de proteção ao patrimônio. “Este é o momento de convocarmos a responsabilidade coletiva em um verdadeiro mutirão de recuperação e valorização do nosso rico patrimônio”.

Para o presidente do Iepha, Fernando Cabral, o Programa demonstra a sensibilidade do governo às questões do patrimônio. “Os recursos são expressivos e, num primeiro momento, garantirão ao Iepha condições de implantar e fomentar programas tão necessários à salvaguarda do patrimônio mineiro. Sabemos que há muito a ser feito, num estado com tão rico patrimônio, mas destaco que o Programa é um processo que terá continuidade ao longo dos anos”.

Nestes quatro anos de programa, serão 33 obras de recuperação em construções históricas – como igrejas, casarões e fazendas –, e outras dezenas de bens culturais serão beneficiados com algum outro tipo de ação prevista pelo Minas Patrimônio Vivo. Somente em 2011, o investimento previsto é de R\$ 4.513.800,00, que vai atender com projetos e obras de restauração e recuperação nove bens tombados, em oito municípios. São eles: Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Lapa, em Sabará – distrito de Ravena; Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Piranga; Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Congonhas – distrito de Alto Maranhão; Igreja Matriz de Santana, em Congonhas do Norte; Casarão Domingos de Abreu Vieira, em Berilo; Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale; Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São Francisco de Assis, em Minas Novas; e Igreja de São Francisco de Assis, em Pitangui.

Em 2012, serão investidos R\$ 9.739.800,00, sendo que Belo Vale, Berilo, Congonhas/Alto Maranhão, Congonhas do Norte, Ouro Preto, Piranga e Sabará terão obras de restauração em pelo menos um bem cultural. Para 2013, os investimentos previstos são R\$ 9.528.000,00, com obras previstas para Araçuaí, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Itacambira, Jequitinhonha, Minas Novas, Piranga, Pitangui, Sabará e Uberlândia. Em 2014, o programa receberá R\$ 9.081.631,00 e serão destinados a obras para os municípios de Araçuaí, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Jequitinhonha, Minas Novas, Lima Duarte/Ibitipoca, Pitangui e Mariana/Santa Rita do Sapucaí.



Objetivos dos projetos do Minas Patrimônio Vivo

Programa de Inventário, Documentação e Recuperação de Bens Culturais – Documentar – Promover a documentação dos principais bens e manifestações relativas ao patrimônio cultural por meio de ações diversas de identificação, inventário, tombamento, registro e salvaguarda de bens.

Programa de Educação Patrimonial – Educar – Formar agentes para atuar na preservação do patrimônio cultural de Minas por meio de ações como seminários, cursos, produção de material didático, ações de comunicação. Também estão previstos o lançamento de um blog de educação patrimonial e de uma unidade itinerante que servirá como balcão de atendimento às comunidades.

Programa de Sistematização da Informação Sobre Patrimônio – Informar – Disponibilizar informação existente no Iepha, por meio da realização de catalogação e acesso a documentos, conservação e digitalização do acervo e a publicação de trabalhos científicos.

Programa de Inspeção e Vistoria dos Bens Tombados – InVISTA – Estabelecer a fiscalização permanente e sistemática em bens culturais de todo o estado, com a realização de vistorias e inspeções constantes.

Programa de Segurança dos Bens Tombados – Minas para Sempre – Preservar o acervo tombado pelo Iepha, diminuindo sua vulnerabilidade à ocorrência de sinistros, por meio de ações preventivas como a instalação e monitoramento de alarmes, sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas.

Programa de Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação para Intervenção em Bens de Interesse Cultural – Projetar – Elaborar de forma sistemática e permanente projetos a serem implantados pelo Iepha para a realização da restauração de obras estruturais e de elementos artísticos.

Programa de Execução de Obras de Restauração e Conservação em Bens de Interesse Cultural – Restaurar – Devolver a integridade física aos bens tombados, bem como proporcionar medidas de conservação desses imóveis. Serão realizadas 33 obras de restauração em bens tombados.

Profetas: originais ou cópias? Museu por quê? Museu como?

Jorge A. Askar*



«Os profetas de Congonhas não anunciam triunfos; advertem, ameaçam e só prometem desgraças. Pela postura e inscrições que portam, a composição é francamente dramática, severa, teatral e apocalíptica"... Com eles "culmina Antônio Francisco sua carreira, finda o século dourado das Minas e coroa-se o barroco brasileiro de sua mais alta expressão." (1)

Adota-se o termo "musealização" para designar o processo pelo qual um produto da cultura material concorre com outros à constituição de um museu: coleção de objetos e, ao mesmo tempo, lugar privilegiado para a sua conservação e fruição.

O processo de "musealização" de uma obra de arte começa a partir do momento em que esta perde, ou modifica, a função específica para a qual foi criada e se carrega de valores diversos daqueles originais.

O método de pesquisa sobre a natureza e a história do museu fundamenta-se sobre a hipótese de reconstrução dos eventos para os quais um objeto nascido em um determinado contexto – e, em vista de uma certa fruição – perde em um dado momento a sua conotação originária para assumir uma nova e diversa em um outro contexto, ou seja, no museu.

Esta premissa é necessária para afirmar que os 12 profetas de Congonhas continuam sendo os testemunhos maiores do grande trabalho concluído por Antônio Francisco Lisboa para o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

Não existem condições mais significativas para a exposição e fruição dos profetas que o adro-escadaria do Santuário de Congonhas. O adro, por meio dos profetas, coloca em evidência as interligações entre o Conjunto Arquitetônico Santuário e o Jardim dos Passos, isto é, entre o monumento e o ambiente histórico-cultural para o qual foi criado e ao qual continua a pertencer.

A avulsão do Conjunto dos 12 profetas do contexto artístico-histórico-ambiental para o qual foi criado e ao qual pertence, com substituição por cópias, modificaria a sua função, acarretando uma separação traumática que incidiria profundamente sobre as singulares estátuas e sobre o Conjunto Santuário-adro-Jardim dos Passos.

É fundamental discernir os casos de verdadeira "musealização" – processo pelo qual um objeto perde o seu valor original para assumir um diverso em um diferente contexto – dos casos de pura conservação, que se realizam quando uma obra de arte vem subtraída do seu ambiente onde perdeu sua condição de existência com sua função originária.

No caso dos profetas, a perfeita coesão da obra de arte e seu contexto ganha mais valor porque as esculturas e o seu ambiente têm também muito em comum. Além da ligação físico-material, existe a relação que reúne diversos singulares em um conjunto que a longa tradição fez elevar-se à dignidade de imagem/ leitura não mais passível de separação nas suas partes.

Os conceitos adquiridos no campo do restauro e conservação dos bens culturais ao aberto, aliados ao aperfeiçoamento das técnicas de combate à corrosão das rochas em consequência da poluição atmosférica, independentemente de um rigor histórico, vetariam hoje as substituições de obras originais (sobretudo esculturas) por cópias, ocorridas com muita frequência da metade dos '800 até o início dos '900 na França, Inglaterra e Itália.

O Projeto Alemanha-Brasil: IDEAS – *Investigations into Devices against Environmental Attack on Stones, 1994* –, cooperação técnica entre Brasil e Alemanha, indicou a aplicação bianual de um biocida testado na eliminação de microorganismos, como os líquens que se colonizaram facilmente nos profetas. Após duas aplicações, comprovou-se a eficiência do material, com ótimos

resultados, porém com tempo de duração determinado de dois anos. A última intervenção ocorreu em 2005.

Para concluir, reiteramos, porque ainda atual, o parágrafo final da nossa apresentação no I Encontro Brasil-Alemanha: Conceitos e Problemas da Conservação de Monumentos Históricos”, em dezembro de 1992, com o tema: Reconstrução e Imitação como Alternativas da Conservação:

“Hoje a cópia só se justifica pelo caráter de pesquisa documental de que se reveste quando se pretende levar a obra de arte a populações que não podem fruirlas no ambiente para o qual foram criadas. Concordamos com Michel Parent quando diz que 'a cópia pode ser deliberadamente o preço a pagar por um uso sócio-cultural que seria incompatível com o original. Oferecer-se uma réplica é, pois, em certos casos, uma condição da preservação desse mesmo original.

Assim montou-se a réplica de Lascaux, para preservar das visitas o original. (...) A prospectiva do conceito de monumento histórico transcende o campo da prática da conservação para colocar em pauta a pertinência de um patrimônio de réplicas de obras desaparecidas, como revela a reconstituição da velha Varsóvia”. (2)

Referências:

- (1) VASCONCELLOS, Sylvio. Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.
 (2) PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 19, p. 112-123, 1984.

* Arquiteto da Diretoria de Promoção e doutor em Restauro de Monumentos e Centros Históricos pela Universidade de Roma

Iepha divulga pontuação final do ICMS

Já está disponível no site do Iepha, desde o último dia 19 de julho, o resultado definitivo da pontuação dos municípios mineiros no ICMS Patrimônio Cultural exercício 2012. A boa notícia é que todos os 703 municípios que entregaram documentação foram pontuados, o que significa que ninguém 'zerou' neste ano. Além disso, mesmo sem terem enviado material para análise, outros 24 municípios foram pontuados por possuírem bens protegidos em âmbito estadual ou federal. Assim, 727 dos 853 municípios mineiros – o que significa mais de 85% do total – garantiram o repasse para o exercício 2012.

Uma novidade neste ano foi uma pequena, porém eficaz, mudança no atendimento aos municípios que recorreram da nota provisória, divulgada um mês antes da final. Enquanto em anos anteriores havia dois a três profissionais no atendimento, desta vez todos os analistas da equipe de avaliação das documentações participaram. Assim, cada município pôde conversar diretamente com o responsável pela análise específica do item sob questionamento. Além do aprofundamento da conversa, outro resultado foi uma maior agilidade do trabalho.

A gerente de Cooperação Municipal, Débora Marquetti, ressalta que o processo de análise do ICMS pelo Iepha tem passado por alterações e evoluído ano a ano. “No decorrer do trabalho, a gente às vezes percebe falhas ou oportunidades de otimizar. Os atendimentos aos municípios também nos dão um retorno importante para avaliarmos o que está funcionando bem e o que pode melhorar”, explica. Débora aponta que, além das conversas presenciais, por telefone e email, os municípios também são convidados a preencher uma ficha de avaliação e de sugestões, outra valiosa fonte para o contínuo aperfeiçoamento do trabalho.

| Conep avalia novas regras para ICMS 2013

Fruto dessa constante necessidade de ajustes e melhorias foi a apresentação, ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), de uma proposta formal de alterações diversas na deliberação que rege o ICMS Patrimônio Cultural. A proposta do novo texto foi defendida perante

os conselheiros pela diretora de Promoção, Marília Machado, em reunião no último dia 07 de julho.

A pedido da presidente do conselho, a secretária estadual de Cultura, Eliane Parreiras, foram estabelecidos dois novos canais temporários de comunicação para uma consulta pública sobre as mudanças propostas. No site do Iepha, uma seção foi criada especialmente para fomentar o debate. No espaço, de acesso universal, qualquer pessoa poderia ler a minuta da nova deliberação e deixar suas observações e contribuições. A consulta virtual foi encerrada em 29 de julho para que houvesse tempo hábil de processar as mensagens recebidas.

Paralelamente, encontros locais estão sendo realizados em diversas regiões do estado para a troca de ideias e aprimoramento da proposta, que deve ser rediscutida e votada pelo Conep ainda no final de agosto. Se aprovadas, as novas regras passam a valer já no próximo exercício, na análise da documentação que será enviada ao Iepha até 15 de janeiro de 2012.



Secretária de Cultura, Eliane Parreiras, e o presidente do Iepha, Fernando Cabral, em reunião do Conep

Mergulhado na história de Minas



Acervo Revista de História da Biblioteca Nacional

No próximo mês de outubro, a cidade mineira de Diamantina se transforma em um grande palco para receber a primeira edição do Festival de História – fHist. À frente da curadoria do evento, um nome conhecido para quem é da área. Graduado pela PUC-RJ, mestre e doutor em História pela USP, Luciano Figueiredo é editor da Revista de História da Biblioteca Nacional, professor associado da Universidade Federal Fluminense, além de integrante do Conselho Editorial da Revista do Arquivo Público Mineiro. Em entrevista ao Bem Informado, ele fala sobre a produção de conhecimento e a popularização da História na atualidade.

Seus temas de pesquisa versam sobre família e condição feminina nas Minas setecentistas, como em *O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, e *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Colonial*. De forma resumida, que tipo de especificidades ou curiosidades é possível destacar em torno destes temas?

Minas Gerais, em seus primeiros tempos, foi um cadinho de singularidades. Estudos como estes que fiz há alguns anos valorizaram a experiência colonial ao redor de lavras de ouro como um território de luta pela sobrevivência, em que destaquei a presença das mulheres; vistas como invisíveis, submissas ou encaradas como linha auxiliar dos homens. A pesquisa com a documentação de Minas mostrou um outro universo. Em poucos lugares do Brasil Colônia elas foram tão atuantes e, especialmente, desafiadoras. Negras de tabuleiro e vendedoras de quitandas e quitutes davam uma canseira nas autoridades enquanto cuidavam de alimentar a população trabalhadora e ajudar a organizar as solidariedades e rebeldias; outras vezes eram viúvas que lideravam contestações, como Maria da Cruz no sertão do Rio São Francisco.

Uma das formas de vida familiar mais curiosas que pareceu existir em Minas encontramos na documentação que está guardada em Mariana, no arquivo eclesiástico. Os relatos das visitas que os bispos mandavam fazer no território do século 18, monitorando o comportamento dos fiéis, flagraram casais vivendo em casas separadas para que não fossem incriminados por

concubinato. Separavam a casa para escapar do flagrante, mas não deixavam de manter relações de afeto, cuidar dos filhos, dividir refeições, enfim, ser uma família, que designei de “fracionada”. E veja que tudo isso muito antes da imagem da tradicional família mineira.

Além dessa linha de pesquisa, o senhor também integra o Conselho Editorial da Revista do Arquivo Público Mineiro. É uma relação bastante afinada com a cultura mineira. De onde vem esse laço?

Muita gente acredita que sou mineiro e um grande amigo chegou a me batizar como natural do Serro... Encontrar essa origem é quase uma pesquisa arqueológica, pois desde cedo me encantei pela história daqui. Ainda quando fazia graduação, nos anos 80, mergulhei em um de seus grandes acervos: os manuscritos da Casa dos Contos, que ficam no Arquivo Nacional e até hoje não foram organizados e inventariados. A partir dali, fiz alguns projetos que foram rendendo sempre boas descobertas e me atirando cada vez mais para o fundo da história mineira. Ao mesmo tempo, foram crescendo as pesquisas, surgindo mais e mais historiadores, se expandindo os departamentos de história do estado, modernizando-se os arquivos. Foi ficando cada vez mais difícil sair. E, aliás, sair para quê? O ex-superintendente do Arquivo Público Mineiro, professor Renato Venâncio, me convidou para integrar o Conselho da Revista durante o processo de modernização recente e acho que assim fechei o ciclo de carinho, respeito e encantamento com a história de Minas.

Uma outra prova dessa afinidade será a realização, em outubro, da primeira edição do Festival de História, em Diamantina, do qual o senhor assumiu a curadoria. O que o público pode esperar do fHist? Que tipo de formato e atrações o evento pretende reunir?

A ideia do fHist foi concebida pela Revista de História da Biblioteca Nacional, onde atuo como editor, acompanhado por um Conselho Editorial muito dedicado e atuante no campo da divulgação científica. Vamos realizar entre 07 e 12 de outubro um simpático encontro de boas ideias que a história oferece. Vários autores muito populares confirmaram participação, como Mary Del Priore. Inspirados na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), vamos armar uma grande tenda na cidade e organizar mesas de debates sobre temas de interesse. Haverá uma oficina para professores e alunos da região em que trabalharemos a história como elemento de capacitação para o ensino. Este é, aliás, um dos sentidos do fHist que pretendemos organizar: além de uma semana de celebração, o estabelecimento de uma vivência com os estudantes e professores que se desdobre por atividades ao longo de todo o ano. Diamantina é muito festiva; por isso a cidade vai oferecer sua vespertina, cortejo musical, atividades para as crianças e muitos filmes e documentários.

A escolha de Diamantina, patrimônio mundial, para cenário/sede do Festival pode ser entendido já como uma provocação de sentidos para o público?

Acertou na mosca! A cidade é um pequeno tesouro ainda pouco conhecido do público em geral, que chega com mais frequência a Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del Rei. O patrimônio tem ali um belo trabalho de preservação e prevenção, com mobilização dos moradores. Há ali outra tradição que são as atividades que a UFMG organiza, como o Festival de Inverno e o encontro do Cedeplar. Por isso, o fHist se acopla ao entusiasmo por este palco privilegiado.

Em um ambiente em que parece vamos esbarrar em Chica da Silva ou encontrar Juscelino cantarolando em um beco, como não ouvir com gosto as histórias que o fHist vai trazer?

Atualmente, o senhor é editor da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN), leciona e se divide ainda em uma série de atividades ligadas à produção e difusão do conhecimento. Nesse universo de tanta informação, tantas pesquisas, tantas curiosidades, o que ainda lhe surpreende e lhe encanta?

Tudo que diz respeito ao conhecimento, a principiar os meus alunos e, com o advento de uma revista de história, os nossos leitores. Aprecio muito acompanhar por um semestre uma turma de estudantes avançar nos estudos e se transformar com o aprendizado. Ou ver alguns alunos crescerem, como quando encontro nomes que ontem estavam na minha lista de presença agora em um cartaz anunciando a defesa de uma dissertação. Esse tipo de satisfação não tem preço. De certa forma, em uma outra escala, as cartas de

leitores são respostas muito emocionantes, por mais curtas que sejam, celebrando a recepção das leituras que viabilizamos.

A Revista de História é hoje no Brasil a única publicação científica no segmento editorial especializada no tema. O senhor acredita que falta popularização? Acredita que iniciativas como o fHist podem contribuir nesse despertar de interesse da sociedade em geral pela nossa memória, identidade, história?

Se não acreditasse nisso não estaria desde 2003 nessa roda viva. Minha atuação na RHBN é um “engajamento ponderado” que todo pesquisador deveria viver, pois é uma maneira de devolver à sociedade aquilo que os recursos públicos com educação e cultura nos proporcionam. As Ciências Humanas ainda engatinham quando se fala em divulgar conhecimento. Popularização de história há muita, mas divulgação, pouca. O fHist, as revistas de divulgação, os documentários, livros e tantas publicações tratando de história estão, me parece, refinando um gosto que os brasileiros já possuem, mas não conseguiam usufruir por falta de utensílios culturais à disposição, além da educação formal que apresentava estes conteúdos.

Em setembro, estaremos lançando, em parceria com a produtora Conspiração e o Instituto Claro, mais uma ação de divulgação: uma série de dez programas de história, na TV Brasil. A produção é primorosa e cobre cenas da vida privada ao longo da História do Brasil misturando, no roteiro, drama com encenação de atores e entrevistas com os grandes historiadores.

De certa forma, a Revista e o Festival pretendem atuar como uma importante vitrine da produção de conhecimento no país sobre o tema. Que tipo de responsabilidades e desafios vem com este tipo de trabalho?

O desafio maior e mais arriscado é apresentar os conteúdos sobre a nossa formação histórica com responsabilidade. Ao se alcançar o grande público, longe dos especialistas, adota-se linguagem mais amena, recursos como o humor e as aproximações do passado com o tempo atual. Tudo isto precisa ser feito com zelo para não implodir as exigências da disciplina. Nem por isso deve-se deixar de brigar para acelerar o contato do público com o conhecimento.

O Festival será uma síntese desse processo tão recente que a cultura vive no Brasil, com um “boom” de iniciativas ligadas a história; como as revistas em bancas de jornal, por exemplo. O formato das mesas redondas é objeto da nossa grande preocupação, pois os convidados precisam estar preparados para falar a uma plateia motivada, mas que não é acadêmica.

No fHist haverá o desafio maior de adotar formas de diálogos entre os jornalistas, que têm muito e merecido sucesso com livros de história, e os historiadores, que temos produzido conhecimento nas universidades. Cada um é feliz e realizado à sua maneira. Creio que o Festival vai celebrar essa cumplicidade que, às vezes, parece tão mal compreendida.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Igreja Matriz de Santo Antônio – Itaverava

O detalhe está localizado em um altar lateral da Igreja Matriz de Santo Antônio, em Itaverava, região central de Minas. Símbolo de renovação, renascimento, prosperidade e abundância, o trigo representa ainda, na tradição católica, o pão da vida ou o corpo de Cristo.

Construída no lugar de uma primitiva capela, feita de esteira e capim, a edificação de 1744 é considerada por estudiosos como uma das mais significativas da região do ouro, uma vez que reúne trabalhos de Manuel da Costa Athayde, na pintura do teto da capela-mor, e de Francisco Xavier Carneiro, no teto da nave; além dos retábulos atribuídos a Francisco Vieira Servas. O bem possui tombamento federal desde 1984.



Adeus a Conceição Piló

Faleceu no último dia 03 de julho a artista plástica, poeta, museóloga e responsável pela guarda e preservação do Palácio da Liberdade, Conceição Piló. Figura conhecida de todos que frequentavam o local, ela cuidava da edificação histórica como se ali fosse sua própria casa: com imensa dedicação e cuidados impecáveis.



Em 30 anos como curadora, Conceição Piló conviveu com diversos governadores que por ali passaram e sempre colocou em primeiro lugar a preservação da antiga sede do governo mineiro e do seu acervo. Sempre discreta, nunca revelou fatos dos bastidores do poder. Assumiu a curadoria na década de 1980, convidada pelo então governador Francelino Pereira, deixando o Museu de Arte da Pampulha onde trabalhava.

O governador Antônio Anastasia lamentou a morte de quem, segundo ele, representava a 'história viva'. "Dona Conceição Piló era uma das mulheres mais cultas, conhecedora profunda da história, da arquitetura,

do patrimônio de Minas Gerais. Durante tantas décadas dedicou-se ao Palácio da Liberdade como se fosse a sua casa. Como curadora do Palácio, desdobrou-se, dia e noite, pela conservação desse patrimônio tão importante para os mineiros".



Lúcia Sebe - Secom/MG

Conceição Piló acompanhou o primeiro grupo de visitantes após reabertura do Palácio da Liberdade (foto maior). A curadora também era responsável pela decoração de Natal no Palácio dos Despachos (foto no alto)



Rico exemplar do Circuito dos Diamantes é devolvido à comunidade



Fotos acervo Iepha/MG

No início de junho, o Iepha, por meio da Diretoria de Conservação e Restauração, finalizou a primeira etapa das obras de restauração dos elementos artísticos da Igreja Matriz de Nossa Senhora Sant'Ana, em Congonhas do Norte, e a devolveu à comunidade que fez uma grande festa para reabri-la.

Única igreja da cidade – e, segundo Renato César de Souza, diretor de Conservação e Restauração do Iepha, uma das mais ricas, em termos de talha e pinturas, da região do Circuito do Diamante –, ela não tem registros sobre época precisa ou autoria de seu projeto e ornamentação. Sabe-se apenas que, em 1821, a igreja – que tem retábulos em estilo Dom João V, característico do século 18 – se incluía entre as filiais da Matriz de Conceição do Mato Dentro.

Com recursos do Iepha – no valor de R\$ 230 mil – foram restaurados o teto, os painéis laterais de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora das Mercês e as paredes da capela-mor, o arco cruzeiro e o altar-mor. A igreja ficou fechada por um ano durante as obras e, segundo o prefeito de Congonhas do Norte, João de Carvalho Pires, durante esse período as celebrações foram realizadas em uma quadra poliesportiva e no anexo do centro de saúde. “Além de ser o único templo católico da cidade, a Igreja de Sant'Ana é um marco fundamental na cidade porque aqui a comunidade ainda preserva as tradições religiosas. Nossa matriz nunca tinha passado por uma restauração desse porte e o resultado foi maravilhoso”.

Durante as obras foram resgatadas duas pinturas nos pilares iniciais do altar que eram desconhecidas da comunidade. “Trata-se de pinturas de casas e acreditamos que elas fazem referência às moradias do século 19”, revela João de Carvalho Pires.

Segundo Renato César, para este ano ainda, está prevista a segunda etapa de obras, no valor de R\$ 330 mil, que serão executadas nos retábulos colaterais da nave. Esta é uma das ações incluídas no programa Minas Patrimônio Vivo, que prevê investimentos de R\$ 4.513.800,00 somente para 2011 (Leia mais sobre o Programa Minas Patrimônio Vivo na página 03).

Tombada pelo Iepha desde março de 1985, a igreja tem duas torres coroadas por pináculos delimitando a fachada. No interior, chamam atenção a pintura rococó do forro da capela-mor, além de dois magníficos retábulos do arco-cruzeiro, ambos no estilo Dom João V e com ornatos em rocaille.

| Comunidade em festa

O final da primeira etapa das obras de restauração coincidiu com a tradicional Festa de Sant'Ana, que em 2011 completa 207 anos. Entre os dias 17 e 26 de julho, eventos culturais e sociais se uniram ao religioso em homenagem à padroeira. O ponto alto da festa costuma ser o desfile de carros de boi, “uma tradição em nossa cidade”, revela João de Carvalho Pires.



Acima e ao lado, fotos de detalhes da Matriz, antes e depois da restauração



Divulgação Conservação e Restauo Mara Fantini Ltda

Seminário aproxima servidores do Iepha e Iphan



Fotos: Arquivo Iphan/IMS

À esquerda, Fernando Cabral, presidente do Iepha, e Leonardo Barreto, superintendente do Iphan, na abertura do encontro. À direita, grupo discute educação patrimonial

Nos dias 05 e 06 de julho, técnicos do Iepha se uniram a servidores da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – em Minas Gerais para participar do Seminário de Trabalho Conjunto Iphan/MG e Iepha.

Segundo o presidente do Iepha, Fernando Cabral, e o superintendente do Iphan em Minas, Leonardo Barreto, a proposta do seminário foi estreitar os laços, buscando igualar procedimentos feitos de formas diferentes e programar ações conjuntas entre as duas instituições. “Ouso dizer até mais, estamos aqui para celebrar um casamento entre as instituições, por que, se não existir essa união, quem perde é o patrimônio mineiro”, destacou Fernando Cabral durante seu discurso de abertura. “As duas instituições possuem poucos recursos e corpo técnico muito reduzido, tendo em vista o tamanho do patrimônio a ser preservado em Minas Gerais, mas, se atuarem em conjunto, agregando ainda as prefeituras, o trabalho será mais fácil”, ressaltou Leonardo Barreto.

Durante o seminário, servidores do Iepha e do Iphan ministraram palestras sobre um tema em comum e apontaram como o assunto é trabalhado na instituição em que cada um atua. Uma das primeiras palestras, por exemplo, foi sobre patrimônio arqueológico, assunto ainda pouco discutido em Minas. Participaram Roberto Stanchi, arqueólogo do Iphan, e Renato César de Souza, diretor de Conservação e Restauração do Iepha.



Merece destaque um fato importante: O Iphan (responsável pelo patrimônio arqueológico em todo o país), não tem autorizado a saída de achados arqueológicos de Minas Gerais, e, caso detectado o extravio, inicia-se imediatamente o processo de resgate do bem. Renato César informou que o Iepha está com projeto de enterramento de rede elétrica em algumas cidades, o que implicará na necessidade de apoio do Iphan durante as obras, já que existem grandes possibilidades de haver achados arqueológicos.

Após as palestras os servidores das duas instituições se dividiram e formaram quatro grupos de trabalho para discutir os seguintes temas: Rotinas de fiscalização, Aprovações e licenciamentos em bens culturais, Educação patrimonial e Ações de conservação preventiva em bens culturais. Segundo Nilza Costa, assessora da vice-presidência do Iepha, assim que forem finalizadas, as conclusões dos grupos serão disponibilizadas no site do Iepha.

De acordo com o presidente do Iepha, Fernando Cabral, esse foi apenas o primeiro de muitos encontros entre as instituições que cuidam da preservação do patrimônio e Minas Gerais sai na frente com essa parceria. Para Leonardo Barreto, este encontro foi um primeiro passo, no objetivo comum de preservação do patrimônio mineiro. “Nosso intuito é unir forças para a preservação e salvaguarda do precioso e diverso patrimônio do estado”, avalia. Um balanço final aponta que o objetivo do encontro, de promover um debate entre as duas instituições no sentido de unificar procedimentos, foi atingido com êxito, apesar da consciência de que muito ainda deve – e pode – ser feito.



Divulgação: Iphan

À esquerda, grupos de trabalho se reúnem nas discussões. À direita, palestra dos técnicos do Iepha, Júlio Mourão e Angela Cãnfora, e a técnica do Iphan, Jeanne Crespo

Capela Nossa Senhora da Soledade, em Lobo Leite



A palavra soledade significa solidão. A solidão de Nossa Senhora está ligada ao sofrimento por que ela passou do sepultamento de Cristo até a ressurreição.

Possui frontaria típica, com o portal e duas janelas rasgadas ao nível do coro, e vão com vergas em arco de círculo. O conjunto é enquadrado por dois pilares com pedestal, base e capitel; essas pilastras são terminadas com os cunhais. Sobre esses elementos verticais corre um entablamento bem proporcionado, em cujas extremidades há dois coruchéus (espécie de pequenos pináculos). O frontão é movimentado em curvas e contracurvas, tem um óculo e é encimado pela cruz.

Localizada em Lobo Leite, distrito de Congonhas do Campo, a Capela de Nossa Senhora da Soledade foi edificada em 1756, em substituição – ainda que não no mesmo local – à construção original, erguida na primeira metade do século 18. Na época, o distrito ainda se chamava Soledade e pertencia a Ouro Preto, fato que mudou em 1836 quando foi incorporado a Congonhas.

Pouco se sabe sobre a primitiva capela além de que, em 1734, teria sido a matriz da freguesia das Congonhas do Campo. Também não há informações sobre os pormenores da construção da atual edificação, desconhecendo-se quaisquer referências à autoria e execução dos trabalhos de arquitetura e ornamentação.

Implantada em terreno ligeiramente inclinado, localiza-se em ponto central do povoado, na pracinha de mesmo nome, como é tradição em diversas localidades. O sistema construtivo adotado foi o de alvenaria de pedra, muito utilizado no terceiro quartel do século 18.

A sineira apresenta-se lateralmente, separada da Igreja. Em uma de suas peças acha-se inscrita a data de 1933, provavelmente relacionada às obras que, portanto, teriam incluído a colocação dos sinos naquele local do adro. Apesar de ter sofrido modificações ao longo do tempo, a capela mantém ainda seus altares de talha de princípios do século 18.

Em 2009, após dois anos e meio de obras, os técnicos do ateliê da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop –, instituição também vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, concluíram o processo de restauração da parte estrutural, da cobertura, da fachada de pedra e dos elementos artísticos internos em policromia que compõem a capela. Todo o trabalho foi realizado com recursos da lei de incentivo à cultura.

Em março de 1978, a Capela de Nossa Senhora da Soledade foi tombada pelo Iepha e incluída no Livro de Belas Artes.



Referência: Dossiê de Tombamento da Capela de Nossa Senhora da Soledade – Congonhas



A casa das quatro virtudes

Renato César de Souza*

Quem visita Ouro Preto, que este ano comemora 300 anos de elevação a Vila, depara-se, bem no centro, com um edifício de grandes proporções, hoje Museu da Inconfidência e outrora a Casa de Câmara e Cadeia da Vila Rica. No Brasil colonial, reproduzindo a estrutura portuguesa de administração e justiça e localizadas no centro da vila ou cidade, as Casas de Câmara e Cadeia abrigavam, no pavimento superior, a Câmara dos Vereadores, e algum outro órgão a elas ligado, sediando também o Tribunal de Justiça. Em seu andar térreo ficavam as cadeias, reforçando a edificação como símbolo da autonomia das vilas e cidades conferido pelo poder da coroa portuguesa.

A edificação citada é a quarta Casa da Câmara de Vila Rica e foi idealizada a partir de 1783, quando Luís da Cunha Menezes assumiu o governo da Capitania de Minas Gerais. O risco do prédio é atribuído ao próprio governador, chamado de Fanfarrão Minésio por Tomás Antônio Gonzaga, suposto autor das Cartas Chilenas. Depois da partida de Cunha Menezes, as obras seguiram em ritmo lento, sendo o grosso do trabalho terminado apenas em 1841.

Entre outros detalhes deste edifício, notam-se o cuidadoso trabalho de cantaria, a torre central com o sino e o relógio e, no coroamento de suas paredes externas, arrematado por elegante balaustrada, a presença de quatro figuras em pedra-sabão, representando as virtudes cardeais da Prudência, Justiça, Temperança e Fortaleza, atribuídas ao escultor português Antônio José da Silva. Tais elementos teriam por função, no ideário barroco, comunicar, por meio de símbolos e alegorias, a tipologia e o destino da edificação.

Segundo uma leitura de Marco Elizio de Paiva, a primeira das virtudes, a Prudência, colocada à esquerda da fachada principal, é representada por uma mulher segurando uma serpente e um espelho, do qual só resta o cabo. Sendo a serpente o símbolo do mal, associada à Prudência significaria reconhecer as fontes dos erros. O espelho, símbolo da verdade, remeteria



Dimas Guedes / Divulgação Museu da Inconfidência

ao autoconhecimento, e, nas mãos da Prudência, revelaria uma preocupação com a verdade, para não haver erro nas decisões.

A Justiça, representada em sentido anti-horário à direita da parte frontal da edificação, mostra-se como figura feminina com uma balança e uma espada, seus atributos tradicionais. A balança, símbolo do julgamento preciso, remete à sabedoria que sabe pesar os atos e as obrigações. A espada representaria a destruição da injustiça para a manutenção da paz, com o castigo do culpado. Em sua configuração mais tradicional, a Justiça tem os olhos vendados, o que foi omitido em Ouro Preto. Paiva também chamou a atenção para o recurso de um capacete militar, para ligá-la a alguma deusa guerreira da Antiguidade ou por uma associação da Justiça com a força militar de seu tempo.

A Força ou Fortaleza, terceira virtude, está na fachada de fundo, à direita. Nas versões mais eruditas, é representada por uma donzela coroadada com uma tiara em forma de muralha ou castelo, segurando ou pisando uma coluna. Em Ouro Preto, de maneira original, foi representada como um homem forte empunhando uma clava e com um ramo de acácia nas dobras de sua calça arregaçada. Essa escolha reforçaria a formação popular do artista, pela qual Hércules seria uma alegoria da força.

Última e quarta virtude, a Temperança, presente no lado esquerdo da Casa da Câmara e Cadeia, é em geral representada por uma donzela segurando dois potes e derramando o conteúdo de um em outro. Pode trazer também um freio na própria boca ou segurá-lo em uma das mãos. Entretanto, em Ouro Preto, é mostrada por uma mulher que traz um freio na mão esquerda e um copo sobre uma bandeja, sustentada pela mão direita. Na iconografia, o freio indicaria comedimento e moderação, enquanto o vaso significaria uma opção pela medida certa.

Para saber mais:

PAIVA, Marco Elizio de. Revista do CEIB – Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. B. Horizonte: nº 1, 2001, p. 107-111

